



ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos vinte um dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às dezenove horas, iniciou-se na Câmara de Vereadores de Erechim, Audiência Pública número um de dois mil e dezenove, tendo como tema o pedido de reequilíbrio tarifário da CORSAN. A referida Audiência foi coordenada pelo Sr. Joarez Sandri, Presidente da AGER – Agência Reguladora dos serviços Públicos Municipais de Erechim, e os trabalhos iniciaram com a representante da CORSAN, Eliza Andrea Rambor, apresentando a proposta de 10,12% de aumento na tarifa. Na sequência, o Diretor Presidente da AGER, Joarez Luis Sandri manifestou-se dizendo que será aberto um espaço para que a comunidade possa opinar e participar desse processo, para então a AGER se posicionar se concede ou nega o reequilíbrio, ou propõe alternativa, pois no momento não está nada definido. O Poder Executivo, representado pelo Chefe de Gabinete do Prefeito, Roberto Fabiani manifestou-se totalmente contrário à proposta de reequilíbrio da tarifa embasado na nulidade do contrato entre o município e CORSAN. A Superintendente de Planejamento da CORSAN, Eliza Rambor manifestou-se dizendo que o contrato com o município está nulo desde 2012 porém a companhia continua prestando os serviços e fazendo investimentos. O Chefe do Departamento de Concessões do Jurídico da CORSAN, Everton Pires de Oliveira disse que a empresa está em negociação com o município e que a Justiça mandou prestar o serviço normalmente até a renovação do contrato ou contratado outro prestador. Foi aberto espaço para manifestação dos inscritos, até 03 minutos para cada um, limitando ao tempo de duração da Audiência Pública. O primeiro inscrito a manifestar-se foi o Sr. Antônio Nascimento, questionando a baixa qualidade da água fornecida aos moradores do bairro Atlântico, disse que a água é turva, imprópria para consumo e limpeza. O segundo inscrito a manifestar-se, foi o Sr. Cristiano D. Moreira, também residente do bairro Atlântico, manifestou-se confirmando sobre a baixa qualidade da água fornecida e abordando sobre a nulidade do contrato e suas obrigações. O terceiro inscrito a manifestar-se foi o Vereador Rafael Martins Ayub, abordando sobre o tempo para a Audiência, o reajuste, licitação para novo contrato, participação em concorrência, a nulidade do contrato e questionou sobre a prorrogação. O quarto inscrito a usar a palavra, foi o Vereador Alessandro Dal Zotto, manifestando-se sobre a nulidade do contrato e propostas, o quinto inscrito, foi o Sr. Vinícius Anziliero, Secretário Municipal de Obras Públicas e Habitação, que manifestou-se sobre cálculo de ativos e custos. O sexto inscrito, foi o Sr. Everton Pires de Oliveira, representante da CORSAN que manifestou-se sobre a formalidade do contrato, a legalidade do pedido de reequilíbrio, falou que os usuários prejudicados, podem solicitar indenizações junto à CORSAN. Nada mais havendo a constar, eu Patrícia Barcellos Marques Zamboni encerro a presente ata, que será anexada à lista de presenças.